

Projeto de revisão salarial pode ser votado, retalhado, no Senado

Os projetos que aumentam a GAJ e a Gampu (gratificações do Judiciário e do MPU) para 90% ao final de três parcelas (aplicadas em janeiro de 2013, janeiro de 2014 e janeiro de 2015), aprovados na última quarta-feira (05) no plenário da Câmara, se encontram, no momento, na Secretaria Geral da Mesa da Câmara, segundo informou à Fenajufe o assessor parlamentar Antônio Augusto Queiroz (Toninho do Diap). De acordo com ele, a Secretaria está concluindo os textos de todos os projetos aprovados referentes a reajuste de servidor e até esta segunda-feira (10) as matérias devem ser enviadas ao Senado Federal, onde ainda serão apreciadas.

Sobre a tramitação, Toninho do Diap afirma que também é possível que os projetos sejam apreciados, em regime de urgência, na terça ou na quarta-feira. "Há disposição do governo em apoiar a votação em regime de urgência dos PLs de reestruturação remuneratória, antes do recesso, inclusive os de outros poderes, aprovados dentro dos limites orçamentários para 2013, como é o caso dos projetos dos servidores do Judiciário e do Ministério Público", explica o assessor. Segundo

ele, uma vez aprovados no Senado e caso não haja mudança de mérito, as matérias serão imediatamente remetidas à sanção presidencial antes de janeiro de 2013.

O assessor parlamentar da Fenajufe explica como deve ser trabalhado o problema das emendas que foram aprovadas na Comissão de Trabalho, mas não incluídas no texto final, aprovado no plenário da Câmara. Uma das questões a ser resolvida é quanto ao erro material referente ao que constava no PL 4363/12 que, ao alterar o Art. 18, § 2º, da Lei 11.416, de 2006, em relação à remuneração das CJs, fazia menção ao seu Anexo VII (que tratava das tabelas aplicáveis até dezembro de 2008 para os servidores optantes pelo cargo efetivo), quando deveria ter se reportado ao seu Anexo III (que fixa os valores da retribuição pelo exercício de cargo em comissão - CJ, a partir de dezembro de 2008).

Esse era um erro material, uma vez que a justificativa que o acompanhou não tratava de nenhuma redução dos valores atualmente pagos aos ocupantes de cargo em comissão. "Está havendo uma tentativa de corrigir este problema antes do en-

vio ao Senado, entretanto a chance de êxito é ainda muito baixa. Já no Senado, caso haja uma manifestação do Supremo explicitando que se trata de erro material, é possível que o presidente do Senado, senador José Sarney (PMDB-AP), e o relator da matéria aceitem mudar através de uma emenda de redação, o que não implicaria um retorno à Câmara. Portanto, se isto vier a ocorrer a tendência é que a matéria siga à sanção presidencial", explica Toninho.

Correções

Ainda em relação a esse problema, o assessor parlamentar ressalta que manifestações da Fenajufe e do então relator do PL 4363/12 na Comissão de Trabalho, deputado Roberto Policarpo (PT-DF), junto ao presidente do Senado, para informá-lo que esta correção já teria sido feita na Ctasp, podem ajudar. "O Plenário da Câmara adotou o substitutivo da Comissão de Finanças, cuja mudança se limitou na diminuição da gratificação, sem considerar a correção feita na Ctasp. Daí a importância desse esclarecimento aos senadores", explica.

Como a emenda referente ao

nome do cargo de oficial de justiça avaliador federal, apresentada por Policarpo na Ctas, também ficou de fora na votação no plenário da Câmara, a diretoria da Fenajufe vai trabalhar para tentar resolver esses proble-

mas ainda antes de os projetos serem votados no Senado Federal. Os coordenadores acompanharão todo o trabalho no Senado Federal, e qualquer novo desdobramento será repassado à categoria.

Governo Dilma (PT) dá golpe nos servidores!

Sérgio Murilo de Souza,
Coordenador do SINTRAJUSC

O PL 4363/12, que foi encaminhado por Ayres Brito à Câmara dos Deputados em 31 de agosto, o que permitiu encerrar a Greve nacional dos servidores do Judiciário, foi duramente atacado na quarta-feira passada pelo governo Dilma (PT) e pelos deputados da sua base aliada quando da aprovação do regime de urgência para o projeto. É que foi cortada parte substancial da GAJ, que tinha previsão de ser de 100% e ficou, pelo texto, em 90%, o que equivale a 20% do total do projeto, já que parte da atual Gratificação Judiciária, que é de 50% do salário base, e passaria a 100% do salário base no fim desses dois anos se a Gratificação de Atividade Judiciária fosse paga sem os cortes do governo Dilma (PT). De 50% para 100% cada 10 percentuais equivalem a 20% do total do projeto original.

Sempre é bom lembrar que os 13% em três parcelas estão diluídos neste índice de aumento da GAJ. Para piorar esse corte representa mais de 40% da parcela que deveria ser paga em janeiro. Com isso o governo demonstrou uma tremenda má-fé, pois os valores que garantiam o 100% da GAJ viriam das sobras orçamentárias do Judiciário com a folha de pagamento e isto estava explícito no PL 4363/2012. Portanto, no pior dos casos, o governo já tinha ciência disso no começo de

setembro e não se manifestou.

Deixou terminar a Greve, passar as eleições e chegar perigosamente o fim do ano para colocar o seu veto. É bom lembrar que o deputado da base do governo deputado Policarpo(PT/DF) até se manifestou publicamente, assegurando à categoria que poderia ficar sossegada porque estava tudo acertado com o governo Dilma (PT), declaração essa reproduzida pela Fenajufe e Sindicatos.

Precisamos lutar agora para recuperar a integralidade do projeto no Senado, e para tanto temos que exigir do novo presidente do STF, Joaquim Barbosa, que faça pressão no Senado exigindo respeito em relação à autonomia do Judiciário. Nos últimos anos o Executivo tem feito pouco caso do Judiciário, inclusive não encaminhando as suas propostas orçamentárias para o Congresso Nacional. Pois bem, tudo tem limites e temos que reagir a mais esse duro e covarde ataque do governo Dilma (PT), que se aproveita do fim de ano para retalhar o PL 4363/12. A Fenajufe e seus Sindicatos tem que denunciar amplamente essa manobra e chamar a categoria para lutar e exigir do STF que se coloque energicamente contra mais essa afronta e, junto com a luta do conjunto dos servidores do Judiciário, tensione o Senado para que este retome o projeto original, com 100% da GAJ.

Vamos à luta, Fenajufe!

Resolução 63/2010 em pauta hoje na sessão do Pleno do TRT

Nesta segunda-feira, dia 10, estará em pauta na sessão administrativa do Pleno do TRT12 a deliberação sobre a proposta da Presidência quanto à implantação da resolução nº 63/2010 do CSJT. O ponto é o primeiro da pauta, e a sessão inicia às 14 horas. O Sindicato irá estar na sessão e convida os servidores a também acompanhar a discussão sobre a proposta.

A preocupação é com a forma como essa questão será encaminhada depois da implantação das cinco novas Varas no estado, para as quais não foram previstas FCs. Pode haver, portanto, servidores prejudicados na redistribuição

das FCs.

Conforme o Sindicato já alertou, a maioria dos colegas que vão perdidas as FCs continuarão muito provavelmente nos mesmos setores e executando as mesmas funções que antes, como, por exemplo, quem atende o balcão das Varas (podemos incluir certamente nessa condição serviços como o de telefonia e informática, onde as pessoas continuarão no mesmo setor e com as mesmas atribuições). Isso significa uma diminuição nos vencimentos sem diminuição das atribuições. Portanto, é importante que os servidores acompanhem a sessão de hoje.

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668 - imprensa@sintrajusc.org.br - www.sintrajusc.org.br - Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares